

Os preconceitos presidenciais

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS

Roberto Campos, com sua inigualável habilidade em configurar situações, refere-se a cinco "ismos" que impedem o crescimento do País, a saber: o nacionalismo, o populismo, o estruturalismo, o estatismo e o protecionismo, sendo que todos eles se alicerçam numa visão preconceituosa dos agentes produtores de riqueza.

Com desalento, assisti, no último domingo, ao Presidente da República, em quem votei, apresentar em entrevista essa ampla visão preconceituosa, culpando as elites empresariais pelo fracasso de seu plano, por não terem compreendido que, "em qualquer luta pela estabilização da economia", são elas que necessariamente devem perder.

Sem ter percebido, S. Exa., que o fracasso do plano econômico deveu-se a não ter reduzido o tamanho do Estado, como prometera, mas ter reduzido o tamanho da sociedade, por um ilegal confisco tributário e um inconstitucional atentado à propriedade — com o que uma sociedade menor passou a ter que sustentar uma máquina estatal maior —, agrediu, uma vez mais e desnecessariamente, o único setor capaz de gerar riquezas, empregos e desenvolvimento, numa economia de mercado.

Sem ter percebido, S. Exa., que os investimentos apenas são realizados em ambiente de segurança jurídica, em que o "contrato" e a "propriedade" são respeitados, declarou que sua luta contra tais propulsores de desenvolvimento será sem trégua até que compreendam que devem perder para a estabilização da economia, investindo, cada vez mais, sem qualquer certeza de que as regras do jogo ficarão estáveis, por razoável espaço de tempo.

Sem ter percebido, S. Exa., que o capital é, de mais a mais, escasso no Mundo e que os países lutam desesperadamente para obtê-lo, pretendeu, na entrevista, que este capital em busca de um "não

lucro" deve voltar para o país (nacional e estrangeiro), posto que assim deseja a sua irremovível equipe econômica.

Sem ter percebido, S. Exa., que sem investimentos não há empregos, declarou-se a favor destes e à compulsória obtenção daqueles, através da guerra contra as elites que até agora sustentaram a esclerosada e intocável máquina estatal.

Sem ter percebido, S. Exa., que o País tem apenas um inimigo, que é o tamanho do Estado, que deve diminuir, e apenas um aliado, que é a sociedade, que deve crescer, continuou falando em inimigos e incompreensões, como se o Governo, por não ter reduzido sua máquina, tivesse cumprido sua parte e as elites que geram empregos e desenvolvimento, confiscadas em sua capacidade de investir, não tivessem cumprido a sua.

A entrevista, serena e vazia de conteúdo, trouxe-me pela primeira vez a certeza de que o discurso do candidato Collor e aquele do Presidente da República, no primeiro dia de governo, nada têm a ver com a xenofobia, a procura de bodes expiatórios e a falta de alternativas válidas, que se instalaram no Palácio do Planalto e no seu ministério econômico, os quais não tirarão o País das dificuldades em que se encontra.

Já disse que o melhor dos planos econômicos será sempre um autêntico fracasso se o Estado mantiver seu tamanho e o pior dos planos econômicos sempre dará certo se o Estado reduzir suas paquidêrmicas dimensões.

Ernane Galveas, em debate de que participei, com especial agudeza, declarou que se o Governo federal não der demonstrações de que vai controlar o "déficit público" pela coluna da redução de despesas, não gerará credibilidade e se não gerar credibilidade não evitará a inflação inercial, que é aquela gerada pelas expectativas

negativas quanto à competência governamental de administrar sua casa. E César Maia, no mesmo debate, alertou que a privatização não deve ser conduzida à luz de uma solução fiscal, mas de uma solução de mercado, com o que o Governo se poderia livrar muito mais rapidamente de sua sofrível performance empresarial.

O certo é que a sociedade principia a ficar desalentada. Pretendendo o Governo tudo controlar para que a economia dê certo, retira-lhe toda a criatividade, afasta investimentos, retrai a esperança, gera a recessão, que S. Exa. denomina de acomodação, e, por fim, não combate a inflação.

Creio que S. Exa. deveria, em vez de buscar bodes expiatórios nas elites que pagam tributos para sustentar o Governo, demonstrar capacidade de administrar a máquina governamental, não à custa de "superávits orçamentários" retirados da sociedade por um brutal aumento da carga tributária e expedientes confiscatórios de poupanças (Plano Collor 1) e renda (Plano Collor 2), mas à custa de uma efetiva redução de despesas.

Convenço-me, de mais em mais, que quem não demonstra capacidade em administrar a própria máquina governamental não tem condições de administrar a Economia e que o País apenas sairá da crise no dia em que a Economia ficar livre da desastrosa tutela governamental e o Governo resolver administrar sua máquina, reduzindo-lhe a esclerosada dimensão.

Tendo votado no Presidente Collor, ainda nutro uma última esperança de que, um dia, ele volte às suas idéias liberais de candidato e afaste as idéias intervencionistas de Presidente.

Ives Gandra da Silva Martins é professor titular de Direito Econômico e de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie e Presidente do Conselho Superior de Estudos Jurídicos da Federação do Comércio do Estado de São Paulo.

